

## ?Salário mínimo não pode ser mercantilizado nem utilizado como moeda de troca?

27 de Janeiro, 2017 - 15:46h

CGTP frisa que ?o salário mínimo nacional é um direito fundamental dos trabalhadores?. Intersindical lembra que a redução do pagamento especial por conta ?é uma antiga reivindicação das micro e pequenas empresas?.

?Depois de a Assembleia da República ter revogado a redução da TSU para o patronato, o Governo avança agora com a proposta de revisão do pagamento especial por conta (PEC) a que as empresas estão obrigadas em sede de IRC. Esta situação poderia ter sido evitada se o Governo tivesse à partida considerado as críticas da CGTP-IN e dos partidos à sua esquerda, e não tivesse insistido em ceder às exigências patronais?, lê-se no comunicado <sup>[1]</sup> da CGTP.

No documento, a intersindical ?reitera o seu firme entendimento de que o estabelecimento e actualização de um salário mínimo nacional é um direito fundamental dos trabalhadores, consagrado constitucionalmente, que compete ao Estado assegurar de modo a garantir um mínimo de sobrevivência condigna a todos os trabalhadores, não podendo nem devendo ser mercantilizado nem utilizado como moeda de troca?.

Já no que se refere à proposta de redução do pagamento especial por conta apresentada pelo Governo, a CGTP-IN ?salienta em primeiro lugar que a alteração do regime do pagamento especial por conta é uma antiga reivindicação das micro e pequenas empresas, para as quais este adiantamento de imposto ao Estado significa muitas vezes um esforço excessivo face aos rendimentos e lucros obtidos?.

?Neste sentido, entendemos que as alterações propostas devem atender especialmente às necessidades e dificuldades destas empresas e não ser utilizadas para beneficiar novamente as grandes empresas, que já têm ao seu dispor um vasto leque de benefícios fiscais de diversa natureza?, frisa a intersindical.

Segundo assinala a CGTP, ?é necessário recordar também que os trabalhadores independentes, incluindo os chamados falsos 'recibos verdes' ? cuja situação aliás deveria ser rapidamente regularizada ?, estão obrigados a uma forma de pagamento especial por conta e, como tal, não podem ser esquecidos nem discriminados em qualquer revisão do regime do PEC?.

Para a estrutura sindical, é ainda fundamental clarificar e quantificar a dimensão dos novos encargos financeiros? que o Estado se propõe assumir no que concerne às IPSS, Misericórdias e outras instituições deste sector.

Lembrando que no 'compromisso' celebrado em sede de concertação social com as confederações patronais e a UGT, o Governo já se obriga a conceder às grandes empresas um vasto pacote de milhares de milhões de euros, sempre a pretexto da valorização do salário mínimo?, situação que considera inaceitável?, a CGTP refere que, independentemente das propostas agora apresentadas, que procuram responder a necessidades específicas das micro e pequenas empresas?, o pagamento de impostos é uma obrigação que todos devem cumprir na medida dos seus rendimentos?.

É um dever a que todos estão sujeitos para que o Estado disponha das receitas necessárias para assegurar aos cidadãos a prestação de serviços públicos de qualidade, como a educação, a saúde, a justiça e a segurança social e suportar políticas sociais, nomeadamente em matérias como a luta contra a pobreza, os transportes públicos e a habitação social?, defende a intersindical.

Artigos relacionados:

?Redução do PEC é um consenso real, em vez de um acordo dos patrões consigo próprios?

[2]

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

---

**URL de origem:** <http://www.esquerda.net/artigo/salario-minimo-nao-pode-ser-mercantilizado-nem-utilizado-como-moeda-de-troca/46668>

**Ligações:**

[1] <http://www.cgtp.pt/informacao/comunicacao-sindical/10217-posicao-da-cgtp-in-sobre-a-reducao-do-pec>

[2] <http://www.esquerda.net/artigo/reducao-do-pec-e-um-consenso-real-em-vez-de-um-acordo-dos-patroes-consigo-proprios/46660>